

# Planalto quer limitar o poder da Constituinte

O Palácio do Planalto não admite que o Congresso constituinte tenha soberania para mudar a Constituição em vigor, antes da promulgação da nova Carta, e não aceita que o PMDB seja dominado pelos grupos de esquerda do partido. "A Constituinte não pode governar o país", disse na última terça-feira o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

O raciocínio de Maciel foi completado ontem pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). "Uma minoria não pode controlar o partido (o PMDB) e determinar suas posições partidárias", afirmou. A preocupação de ambos é a

mesma: sob comando de sua "esquerda" e com poderes para mudar a Constituição em vigor, o PMDB teria condições de modificar o período de mandato do presidente José Sarney, que a atual Constituição fixa em seis anos. Ao mesmo tempo, estaria em condições de interferir em decisões eventualmente impopulares do governo, justamente num ano de crise econômica.

## Adiar a votação

Foi para impedir a hegemonia da "esquerda" dentro do PMDB, seu principal partido de sustentação, e sustar os poderes do Congresso

constituinte de mudar a atual Constituição, que o Palácio do Planalto mobilizou todas as suas forças políticas para adiar a votação do Regimento Interno da Constituinte, ontem.

Nesta manobra, o Palácio do Planalto, o PFL e os "moderados" do PMDB colocaram-se em posição oposta aos líderes do PMDB: o deputado Ulysses Guimarães, o senador Fernando Henrique Cardoso (relator do substitutivo de Regimento) e o deputado Luiz Henrique, líder do partido na Câmara. Colocaram-se também contra a união da "esquerda" do PMDB com o PT, PDT, PCB e

PC do B, que apoiaram o substitutivo de Cardoso.

A raiz do problema é o artigo 57, parágrafo 7º, do substitutivo de Regimento Interno, que trata da soberania do Congresso constituinte. Por este parágrafo, que cria os chamados "projetos de decisão", o Congresso constituinte teria condições de aprovar, desde que por maioria absoluta dos 559 parlamentares, "matérias de relevância para a Assembléa Nacional Constituinte". Embora evasivo, esse texto, a que Cardoso chegou depois de sucessivas consultas dentro do PMDB, ainda assim não obteve consenso.